



Procedimento n.º 002/2025

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL

Aquisição de serviços de consultadoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Armas e Explosivos (SIGAE / SIGAE2)



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Índice

Artigo 1.º Objetivo e identificação do concurso	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Decisão de contratar	3
Artigo 4.º Acesso às peças do concurso e plataforma eletrónica	3
Artigo 5.º Modo de apresentação das propostas	4
Artigo 6.º Pedidos de esclarecimento	4
Artigo 7.º Erros e Omissões	5
Artigo 8.º Concorrentes	5
Artigo 9.º Documentos e elementos que constituem a proposta	5
Artigo 10.º Prazo de manutenção das propostas	6
Artigo 11.º Propostas variantes	6
Artigo 12.º Prazo para apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Critério de adjudicação	7
Artigo 14.º Critério de desempate	7
Artigo 15.º Documentos de habilitação	7
Artigo 16.º Caução	8
Artigo 17.º Modo de prestação de caução	9
Artigo 18.º Caducidade da adjudicação	9
Artigo 19.º Causas da não adjudicação	10
Artigo 20.º Novos serviços	10
Artigo 21.º Contrato	10
Artigo 22.º Prevalência	10
Artigo 23.º Comunicações e notificações	11
Artigo 24.º Legislação aplicável	11
Artigo 25.º Anexos ao Programa de Concurso	11



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º

Objetivo e identificação do concurso

1. A Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., com sede na Avenida de António José de Almeida, Edifício Casa da Moeda, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 500 792 887, com o capital social de 30.000.000€, adiante designada como **INCM**, pretende celebrar um contrato de **aquisição de serviços de consultoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software no âmbito do sistema integrado de gestão de armas e explosivos (SIGAE/SIGAE2)**, com o CPV 72262000-9 - Serviços de desenvolvimento de software, através do **Concurso Público Internacional**, procedimento n.º 002/2025, de acordo com os termos, condições, características e especificações técnicas estabelecidas no Caderno de Encargos.
2. A escolha do procedimento foi efetuada nos termos do preceituado na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a **IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.**, com sede na Av. António José de Almeida, 1000-042 Lisboa, telefone 217810700, endereço eletrónico: compras@incm.pt.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da INCM (DCA).

Artigo 4.º

Acesso às peças do concurso e plataforma eletrónica

As peças do procedimento (programa de concurso e caderno de encargos) encontram-se integralmente disponíveis para consulta pelos interessados, na plataforma eletrónica utilizada pela INCM, em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 5.º

Modo de apresentação das propostas

1. A participação no presente concurso depende de prévia inscrição na plataforma eletrónica, salvo nos casos em que as entidades interessadas já se encontrem registadas na mesma.
2. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta de todo os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação e o envio de propostas.
- 3.
4. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, indicados no artigo 9.º do presente programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
6. Os documentos que constituem a proposta podem ser redigidos em língua portuguesa ou língua inglesa, com exceção da declaração mencionada na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º, a qual deve ser obrigatoriamente redigida em português.
7. A receção das propostas é registada, com referência às respetivas datas e a hora em que as mesmas são recebidas, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 6.º

Pedidos de esclarecimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser remetidos através da plataforma eletrónica até ao termo do 1.º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do artigo 50.º do CCP.
2. Os esclarecimentos aos pedidos colocados, nos termos do número anterior, são da competência do júri, sendo estes prestados através da plataforma eletrónica, até ao termo do 2º terço do prazo fixado para apresentação das propostas.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 7.º

Erros e Omissões

1. Até ao termo do 1º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados devem apresentar por escrito, através da plataforma AcinGOV, ao Conselho de Administração da INCM, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, relativos aos elementos previstos nas alíneas a) a c) n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
2. A decisão do Conselho de Administração da INCM sobre os erros e omissões identificados pelos interessados deve ser proferida até ao termo do 2º terço do prazo fixado para apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. As listas com a identificação dos erros e omissões apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como as decisões do Conselho de Administração previstas no n.º 2, são publicitadas na plataforma AcinGOV e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

Artigo 8.º

Concorrentes

Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em qualquer uma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 9.º

Documentos e elementos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, que se disponibiliza em formato html e pdf, ao presente Programa do Concurso (**Anexo I**);
 - b) **Documento que contenha os atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, os quais devem incluir obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - i. Preço/hora em Euros do Consultor Sénior e Analista Programador;
 - ii. Número de horas disponibilizadas para execução do contrato;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO NO SRS



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



-
- iii. **Anexo II** devidamente preenchido com os elementos necessários à análise da proposta na vertente do perfil da equipa que o adjudicatário se propõe afetar à execução do contrato para dois consultor sénior e dois analistas programadores, com evidências da experiência exigida no n.º 1 da Cláusula 32.ª do Caderno de Encargos, com indicação dos anos de experiência profissional comprovada de cada um dos elementos.
- c) **Comprovativos emitidos pela Autoridade Nacional de Segurança**, do preenchimento do requisito previsto no n.º 2 da Cláusula 32.ª do Caderno de Encargos, relativamente a todos os recursos da equipa a afetar à execução do contrato.
- d) **Certidão Permanente** da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder a outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração.
2. A não entrega de qualquer um dos documentos ou elementos que constituem a proposta, referidos no número um, bem como a não indicação de qualquer um dos atributos indicados na alínea b) e c) do nº 1, constitui motivo de exclusão da mesma.

Artigo 10.º

Prazo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias, contado da data-limite para a sua entrega.

Artigo 11.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica, **até às 17.00 horas do 30.º dia** a contar da data de envio para publicação ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia do anúncio relativo ao presente concurso.
2. As propostas apresentadas depois do termo do prazo fixado no número anterior serão excluídas.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 13.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação será o da modalidade Multifactor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.
2. O modelo de critério de adjudicação encontra-se no **Anexo III** ao presente programa de concurso.

Artigo 14.º

Critério de desempate

Em caso de duas ou mais propostas ficarem classificadas em 1.º lugar, os fatores de desempate são os seguintes, pela ordem que são indicados: será classificada em primeiro lugar a proposta do concorrente que apresentar melhor pontuação, sucessivamente, nos fatores “Equipa Técnica” e “Preço total da proposta”.

1. Na eventualidade de subsistir a classificação em 1.º lugar de duas ou mais propostas, após a aplicação dos fatores de desempate indicados no ponto anterior, o desempate será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados.
2. A ordenação das propostas classificadas em 1.º lugar será fixada pela ordem de extração.
3. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

Artigo 15.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve, no prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação da respetiva adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, a seguir indicados, redigidos em língua portuguesa:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa;
 - b) Certidão de Registo Criminal dos titulares dos órgãos sociais, de administração, direção ou gerência e da empresa;
 - c) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas à Segurança Social;
 - d) Certidão comprovativa de inexistência de dívidas relativas a impostos;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



-
- e) Curriculum Vitae de todos os perfis que irão prestar serviço na INCM, com identificação do perfil da pool de recursos a que se refere, com indicação expressa dos seguintes elementos:
- i. Certificados de habilitação comprovativos da formação académica e de certificações ou formação profissional;
 - ii. Declaração do adjudicatário com indicação do número de anos de serviço de cada recurso na empresa do adjudicatário;
 - iii. Anos de experiência nas funções e contactos dos anteriores empregadores.
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação, dentro do prazo fixado no número anterior.
 3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ser sempre exigido ao adjudicatário a apresentação dos originais dos documentos de habilitação.
 4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado por uma só vez, mediante solicitação do adjudicatário, por um período não superior a 5 dias.
 5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, será concedido ao adjudicatário um prazo de 3 (três) dias úteis para supressão de eventuais irregularidades ou atrasos na entrega que não lhe sejam imputáveis e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto do artigo 86.º do CCP.

Artigo 16.º

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário obriga-se a prestar uma caução, de acordo com o Anexo V, no valor de 5 (cinco) por cento do montante total do fornecimento, com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário comprova que prestou a caução no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação.
3. A INCM pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais e contratuais pelo adjudicatário, designadamente quando não proceda ao pagamento das multas contratuais ou dos prémios de seguro.
4. Sempre que a INCM utilize a caução, o adjudicatário deve proceder à reposição do seu montante integral no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data daquela utilização.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 081



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 17.º

Modo de prestação de caução

1. A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante Garantia Bancária ou Seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.
2. O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se numa instituição de crédito, à ordem da INCM, devendo ser especificado o fim a que se destina.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.
4. Se o adjudicatário prestar a caução mediante Garantia Bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.
5. Tratando-se de Seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações.
6. Das condições da Garantia Bancária ou da apólice de Seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.
7. Todas as despesas decorrentes da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca caso o adjudicatário não apresente os documentos de habilitação no prazo e termos previstos no artigo anterior ou quando sejam apresentados documentos falsos ou prestado falsas declarações.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em segundo lugar.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO NO SIRE



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 19.º

Causas da não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação nos casos previstos no n.º 1 do art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso se verifique a não adjudicação os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos.

Artigo 20.º

Novos serviços

1. Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º e e alínea q) do n.º 1 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto subsequente com o adjudicatário do presente procedimento para a celebração de futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.
2. Para efeitos do disposto na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CPP, considera-se projeto base comum os serviços de consultoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software no âmbito do sistema integrado de gestão de armas e explosivos (SIGAE/SIGAE2).

Artigo 21.º

Contrato

1. A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário para sua aceitação, considerando-se a mesma aceite quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.
2. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, caso exista.

Artigo 22.º

Prevalência

As normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações do(s) anúncio(s) com elas desconformes.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Artigo 23.º

Comunicações e notificações

Todas as comunicações e notificações a efetuar no âmbito do presente procedimento, entre a INCM e os concorrentes, devem ser escritas e efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela INCM, ou no caso de a mesma se encontrar indisponível através do correio eletrónico (compras@incm.pt).

Artigo 24.º

Legislação aplicável

O regime do CCP, na sua redação atual, e restante legislação em vigor aplicam-se a tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso.

Artigo 25.º

Anexos ao Programa de Concurso

- a) Anexo I – Modelo de Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º;
- b) Anexo II – Perfil da equipa;
- c) Anexo III – Modelo de Critério de Adjudicação;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 81.º do CCP, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- e) Anexo V – Modelo de prestação de caução.

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

Pela Administração,



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO PREVISTA NO N.º 6 DO ARTIGO 57.º DO CCP

Formulário do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos termos do n.º 6 do art.º 57.º do CCP, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> realizando as seguintes ações:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante para
 - i. o efeito, disponibilizado na plataforma eletrónica Acingov, junto às peças do procedimento;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - ii. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO II

Perfil da equipa

Disponível em Excel para preenchimento.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO III

Modelo de Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação assenta na ponderação dos seguintes fatores:

- Preço (PS) – 20%
- Equipa (QE) – 80%

2. Pontuação Total (PT)

A pontuação total de cada proposta corresponderá ao resultado da soma das pontuações ponderadas obtidas em cada fator, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = (20\% \times PS) + (80\% \times QE)$$

Ou seja:

PT – Pontuação Total

PS – Preço (€)

QE – Equipa

As pontuações serão arredondadas para 2 casas decimais e a proposta vencedora será a que obtiver a pontuação (PT) mais elevada.

3. Avaliação do Fator Preço (PS) – 20%

O critério avalia a distância relativa entre as várias propostas de preço em euros e é calculado nos seguintes termos - pontuação: inversamente proporcional ao montante proposto, segundo a seguinte fórmula:

$$PS = \left(1 - \frac{Pp}{Pb}\right) \times 100$$

Ou seja:

Pp – Preço unitário proposto

Pb - Preço base unitário

4. Avaliação do Fator da Equipa (QE) – 80%

Para apreciação deste fator serão avaliados os currículos dos recursos a afetar ao contrato (dois consultores sénior e, pelo menos dois analistas programadores, assumindo eventual rotação dentro



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



de leque de recursos indicados), com base na experiência exigida na Cláusula 32.^a do Caderno de Encargos vertida no anexo II – Perfil da equipa, ao Programa de Concurso.

Para os recursos a alocar a tempo parcial e/ou meramente eventual poderá não ser observada a última parte do ponto iv. da alínea a) e do ponto ii. da alínea b), ambos do número 1 da cláusula 32.^a do Caderno de Encargos, isto é, não do “conhecimento dos processos de suporte à atividade da área funcional de licenciamento de armas e explosivos através da participação em pelo menos um projeto nesta área nos últimos três anos.”

A pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a cada proposta a pontuação obtida de acordo com o critério seguinte, desde que cumpridos os requisitos mínimos do caderno de encargos:

- a) Experiência comprovada de cada um dos elementos da equipa, superior a 8 anos:
 - 100 pontos
- b) Experiência comprovada do consultor sénior e de um analista programador, superior a 8 anos:
 - 75 pontos
- c) Experiência comprovada de cada um dos elementos da equipa, inferior a 8 anos e igual ou superior a 6 anos:
 - 50 pontos
- d) Experiência comprovada do consultor sénior igual ou superior a 8 anos e dos perfis de analista programador, igual ou superior a 5 anos:
 - 25 pontos
- e) Experiência comprovada do consultor sénior igual a 5 anos e dos dois perfis de analista programador, igual a 3 anos:
 - 1 pontos

A substituição dos elementos da equipa deverá garantir uma pontuação semelhante a obtida em sede de apreciação da proposta, nos termos da cláusula 34.^a do CE.

Atentos os critérios enunciados, a adjudicação será efetuada à proposta que obtenha maior pontuação, mediante a aplicação da fórmula acima descrita.



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL
T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT
CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO V

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO Nº.....

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0181



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos _____ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]